

Que bom te ver viva: luta armada e repressão a partir de uma perspectiva de gênero

*Marina Cavalcanti Tedesco*¹

RESUMO

No Brasil, como em boa parte dos países latino-americanos, a emergência da segunda onda do feminismo coincidiu com a luta armada contra as ditaduras recém-instauradas na região – e, conseqüentemente, com a sua repressão. Contrariando seu “destino” de gênero, muitas mulheres pegaram em armas, e não raras vezes foram punidas por esta dupla transgressão. No ano das primeiras eleições diretas para presidente desde o golpe civil-militar de 1964, Lúcia Murat lança *Que bom te ver viva*, filme que alterna depoimentos de ex-presas políticas que, assim como ela, foram torturadas nos anos 1970, e uma personagem ficcional que passou pela mesma situação. Neste artigo faremos um retrospecto da segunda onda do feminismo brasileiro e suas principais questões, suas (des)articulações com a luta contra a ditadura militar, e seguiremos refletirmos como elas aparecem na obra de Murat, tanto em seu nível documental quanto no ficcional.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo. Brasil. Ditadura. Cinema. *Que bom te ver viva*.

ABSTRACT

In Brazil, as in most Latin American countries, the emergence of the second wave of feminism coincided with the armed struggle against the recently established dictatorships – and, consequently, with their repression. Opposing their gender “destiny”, many women took up arms, and quite often were punished for this double transgression. In the same year of the first direct elections for president since the civil-military coup in Brazil, Lúcia Murat releases *How Nice to See You Alive* (1989), a film that alternates testimonies from former political prisoners (who, just like her, were tortured in the 1970s) as well as from a fictional character. In this article, we will review the second wave of Brazilian feminism and its main concerns, along with its (dis)articulations with the struggle against the military dictatorship, in order to reveal how they are represented in Murat’s film – both on a documentary and fictional levels.

KEYWORDS: Feminism. Brazil. Dictatorship. Cinema. *How nice to see you alive*.

¹ Professora do Departamento de Cinema e Vídeo e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Contemporâneos das Artes da Universidade Federal Fluminense.

Na década de 1960, eclode em boa parte do mundo ocidental a chamada segunda onda (COSTA, 2009)² do feminismo. Segundo Juliet Mitchell,

Women's Liberation had revolutionary food from two sources: women's economic poverty within the richest country in the world (like the Blacks) and their mental and emotional debasement in some of the richest conditions that country provides (like students and youth). (MITCHELL, 1973, p.21)

A autora, evidentemente, está se referindo apenas à realidade dos Estados Unidos (ela própria faz este esclarecimento no começo de *Woman's Estate*). Contudo, respeitadas as especificidades locais, pode-se afirmar que seu diagnóstico contempla o que ocorreu em outros países considerados “desenvolvidos”, como a Inglaterra e a França, por exemplo.

No Brasil, a segunda do feminismo surge em um contexto bem diferente.

A expansão do mercado de trabalho e do sistema educacional que estava em curso num país que se modernizava, gerou, ainda que de forma excludente, novas oportunidades para as mulheres. Este processo de modernização, acompanhado da efervescência cultural de 1968, de novos comportamentos afetivos e sexuais relacionados ao acesso à métodos anticoncepcionais e ao recurso às terapias psicológicas e à psicanálise, impactou o mundo privado. Novas experiências cotidianas entraram em conflito com o padrão tradicional de valores nas relações familiares, sobretudo por seu caráter autoritário e patriarcal. (SARTI, 1998 p.4)

Além destes fatores, em 1º de abril de 1964 um golpe com base de sustentação civil-militar depõe o então presidente João Goulart. Logo em seguida, um Ato Institucional reforça o poder Executivo e enfraquece o

²Mesmo consciente das dificuldades de se trabalhar com a noção de onda, optou-se por mantê-la por duas razões, a saber: 1) a ampla difusão do mesmo, que contribui para uma rápida identificação do período estudado; e 2) a realização de uma discussão aprofundada sobre tal tema extrapola os limites deste artigo. Para maiores informações, consultar COSTA, Suely Gomes Costa. *Onda, rizoma e “sororidade” como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos (Paris, Rio de Janeiro: anos 70/80 do século xx)*. Florianópolis: UFSC, 2009.

Legislativo. Parlamentares passam a ser cassados, protestos reprimidos e liberdades cerceadas.

Não se deve, entretanto, tratar as brechas econômicas e educacionais já abertas para as mulheres, a efervescência cultural, a relativa flexibilização dos costumes e a conjuntura política como elementos separados que confluíram para a erupção de um movimento de mulheres. Tal entendimento seria equivocado por duas razões.

A primeira delas é a impossibilidade de se dissociar totalmente as esferas sociais.

Uma dimensão pouco estudada dos anos 70 diz respeito ao tema do moralismo e, logo, da sexualidade... O golpe militar de 1964... contou com a adesão de todos aqueles que se sentiam ameaçados pelas reformas propostas pelo governo Jango e pela presença de movimentos populares... Mas é preciso ressaltar que esse apoio refletiu não somente o medo de proprietários, mas também o moralismo e o conservadorismo reinantes... como se viu nas marchas pela família e pela propriedade. (MORAES, 2007, p.344)

A segunda é o fato de se verificar uma transgressão feminina significativa mesmo antes da formação de movimentos de mulheres no país (o que, dentro do período estudado, ocorre principalmente nos anos 1970). Transgressão esta que se deu, muitas vezes, através da militância ativa contra o regime autoritário vigente, inclusive no âmbito da luta armada.

O incremento na participação de mulheres na arena política foi tão significativo que despertou a atenção do Estado.

Termos de cunho pejorativo como mulher leviana à “procura de macho” e “mulher-macho” eram freqüentemente utilizados pela Sociedade e pelas Forças Militares, ao referirem-se às mulheres militantes, na tentativa de desestimular as suas lutas e de forçá-las a retornarem aos seus espaços domésticos. (KOTCHERGENKO, 2009, p.4-5)

O resultado deste tipo de estratégia (que não pode ser descolado de outras, como as prisões, as agressões, os assassinatos, as torturas) não foi o pretendido inicialmente.

Os dados estatísticos sobre o número de mulheres militantes vinculadas às Organizações de Esquerda no Brasil, é muito difícil precisar, visto que foram computados somente os casos que passaram por processos judiciais. O Projeto Brasil Nunca Mais salienta que dos 707 processos judiciais militares relativos ao período ditatorial (1964-1979), somente 695 deles puderam ser submetidos ao cruzamento de informações, totalizando 4.124 militantes, sendo 88% pertencentes ao sexo masculino e 12% ao sexo feminino. No entanto, para Ridenti, a estatística considera 84 % para os primeiros e 16 % para as segundas, totalizando 660 militantes femininas. (KOTCHERGENKO, 2009, p.6)

Cabe salientar, todavia, que a relevante presença de mulheres que recusavam os papéis que lhes eram tradicionalmente designados pela sociedade à época dentro das organizações de esquerda, não resultava em uma convivência pacífica, ou, ainda, uma harmonia entre os gêneros.

O moralismo e o machismo que faziam com que “nas invasões realizadas pela polícia no Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP), os aposentos estudantis da USP, as pílulas anticoncepcionais constituíssem prova incriminatória, assim como coquetéis molotov” (MORAES, 2007, p. 345) ainda estava incrustado na imensa maioria dos homens de esquerda (e em várias mulheres também).

“Eu lembro que quando eu estava na direção, eu era a única mulher na direção, e um companheiro disse: a Vera tem que sair da direção porque ela é muito instável emocionalmente”. O “instável emocionalmente” quer dizer que ela não tinha uma relação afetiva aos modos burgueses, ou seja, monogâmica... De certo modo há uma contradição de discursos entre os militantes. Vera conta que havia inúmeras discussões sobre uma revolução dos costumes, ou seja, romper com práticas burguesas, não oprimir as mulheres, e não teorizar como praticar essa mudança de atitude. Apesar dessa preocupação, as mulheres eram oprimidas e sujeitadas no interior das organizações. Exemplificando com o caso de Vera Silvia Magalhães, percebemos que ela foi constrangida pelos companheiros, e em seguida destituída do cargo; já o homem que se relacionava afetivamente com Vera, e que se encontrava na mesma situação, não perdeu seu cargo na direção. (WOLF, 2007, p.6-7)

Além da ingerência sobre a vida pessoal e das distintas consequências que esta tinha para os diferentes gêneros dentro das organizações (afinal, como diz o famoso *slogan*, “o pessoal é político”), não se pode desconsiderar

que as características valorizadas (e, em alguns casos, exigidas) nos e nas militantes favorecia aos homens. Honradez, integridade, força física, retidão de caráter são, há séculos, atributos considerados masculinos.

Sobre os grupos guerrilheiros que resistiram à ditadura civil-militar iniciada em 1964 no Brasil, Kotchergenko afirma:

O Comando raramente coube a alguma mulher, era apenas ocupado por homens. As funções que lhes restavam, embora importantes para o andamento das missões, eram mais simples, tais como levantamento de informações, observações de campo, apoio logístico e estratégias de emboscadas. (KOTCHERGENKO, 2009, p.5)

As dificuldades aumentaram ainda mais quando as mulheres, dentro ou fora das organizações de esquerda – e mesmo fora do campo da esquerda – passaram a se identificar como feministas.

Inicialmente, ser feminista tinha uma conotação pejorativa. Vivia-se sob fogo cruzado. Para a direita era um movimento imoral, portanto perigoso. Para a esquerda, reformismo burguês e para muitos homens e mulheres, independentemente de sua ideologia, feminismo tinha uma conotação anti-feminina. A imagem feminismo versus feminino repercutiu inclusive internamente ao movimento, dividindo seus grupos como denominações excludentes. A autodenominação feminista implicava, já nos anos 70, a convicção de que os problemas específicos da mulher (não se falava em gênero na época) não seriam resolvidos apenas pela mudança na estrutura social, mas exigiam tratamento próprio. (SARTI, 1988, p.6)

Rachel Soihet, em seu artigo *Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários* (2005), demonstra como o jornal *O Pasquim*, emblemático da luta contra a ditadura, articulou durante muito tempo uma visão estereotipada e retrógrada do feminismo e das feministas.

Apesar disso, o feminismo ganhava força. Em 1971, *A mística feminina*, de Betty Friedan, ganhou uma edição brasileira. Em 1972, o Conselho Nacional da Mulher promoveu um congresso para “pensar e discutir a ‘situação da mulher’” (PEDRO, 2006, p. 257). A historiografia

sobre o assunto registra também nesse ano o aparecimento de grupos de reflexão nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Apesar de todos estes antecedentes, foi 1975 que ficou consagrado como o marco do início do feminismo no Brasil. A Organização das Nações Unidas (ONU) o declarou o Ano Internacional da Mulher, e começara a promover eventos temáticos em diversas partes do mundo. Foi assim que pôde se realizar, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Rio de Janeiro, o encontro “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira³”.

A importância dada pela ONU à “questão da mulher” permitiu que, em plena ditadura, as mulheres pudessem conformar grupos e se reunir. E foi precisamente o que aconteceu. Ainda em 1975 sai o volume “0” do periódico *Brasil Mulher*. Além disso, no Rio de Janeiro é fundado o Centro da Mulher Brasileira (CMB) e, em São Paulo, o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB).

Não tardou para que os grupos de esquerda, ainda clandestinos, percebessem a movimentação feminista como uma dupla oportunidade: por um lado, poderiam defender suas bandeiras legalmente; por outro, aquelas mulheres organizadas constituíam um contingente enorme a conquistar (na verdade, o interesse não se restringia apenas às feministas, é claro. Eram as mulheres, de uma maneira mais ampla, que lhes interessavam).

Maria do Espírito Santo, a Santinha, relata:

Quando eu fui, quando eu comecei o Centro da Mulher Brasileira — eu coloco isso até hoje —, fui com a cabeça de “partidão”: “eu vou para ganhar a cabeça das pessoas para entrarem no Partido Comunista. Aí, o que se estava discutindo nos grupos ganhou minha cabeça ... discutindo as linhas, o cotidiano. Esse cotidiano que era meu, cheio de dificuldades... Isso foi me ganhando. E a tarefa que me levou para lá, eu coloquei em uma reunião do “partidão”: “essa tarefa eu não quero mais” ... Trazer

³Joana Maria Pedro (2006, p. 251) chama atenção para o tímido nome do evento realizado no Brasil, em contraste com os direitos que eram reivindicados na Europa e nos Estados Unidos. PEDRO, Joana Maria. *Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)*. São Paulo: ANPUH, 2006.

mulheres para o Partido Comunista. Essa tarefa eu não quero. (PEDRO, 2006, p.262)

Uma parcela expressiva das militantes que haviam partido para o exílio, por sua vez, também se encontrou com o feminismo.

É possível encontrar fora do país, mais especificamente na França, também nessa década de 70, o surgimento de dois grupos de mulheres brasileiras envolvidas com a movimentação feminista: o grupo de latino-americanas chamado *Nosotras* e o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris. Esses dois grupos eram formados por exiladas, pessoas que haviam fugido ou sido expulsas de seus países — que, naquele período, viviam sob ditadura. (PEDRO, WOLFF, 2007, p.59)

E seus problemas com parte da esquerda brasileira não eram menores que os daquelas que haviam ficado no país.

Danda [Prado] argumenta que, tendo se negado a transformar o grupo de mulheres em instrumento para a realização de tarefas propostas e controladas pelos homens, líderes dos exilados, eles passaram a exigir que “suas” mulheres se afastassem do grupo. Chegaram até mesmo a ameaçar retirar o apoio às famílias cujas mulheres continuassem a participar daquelas reuniões. A ameaça surtiu efeito, e muitas das mulheres brasileiras abandonaram o grupo, pois os maridos e companheiros começaram a fazer pressão. O grupo, entretanto, não desapareceu. Várias mulheres, principalmente as que vinham de outros países da América Latina, além das brasileiras que ficaram, continuaram mantendo as reuniões e passaram a publicar o boletim *Nosotras – Grupo Latinoamericano de Mujeres em Paris*. (PEDRO, WOLFF, 2007, p.61-62)

Nada disso, no entanto, foi capaz de conter a expansão do feminismo brasileiro e sua verdadeira explosão da década de 1980. É importante que a palavra explosão seja entendida não só como um aumento significativo, mas também como uma espécie de “espalhamento”. Com o fim da ditadura – em certa medida uma causa comum a todos e todas – as diferenças, que já existiam, mas até então haviam sido relativamente contornadas, revelam-se, na maior parte das vezes, inconciliáveis.

Questões como a sexualidade, por exemplo, antes evitadas devido à necessidade de convivência com a Igreja Católica (por questões de segurança

e como estratégia para chegar até as mulheres das camadas sociais mais baixas), mas também por pressão de parte das militantes que estavam filiadas a algum partido de esquerda – que tendiam a considerá-la um ponto secundário – passaram a fazer parte de muitos dos feminismos que surgiam.

Em *Que bom te ver viva* (Lúcia Murat, Brasil, 1989), documentário que intercala as lembranças de oito ex-presas políticas que foram torturadas com as de uma personagem ficcional em igual situação (interpretada pela atriz Irene Ravache), tal tema aparece explicitamente.

No entanto, antes de uma abordagem mais aprofundada deste e de outros aspectos do filme, é necessário esclarecer que ele não está sendo tomado como uma obra intencionalmente feminista. Como esclarece sua diretora no *making of 20 anos depois*,

Por que que eu fiz esse filme só com as mulheres, né? Porque muita gente pergunta: “ah, não, uma opção feminista”. Eu fui convidada para milhares de festivais feministas por conta disso e tal. E não foi uma opção absolutamente nada feminista. Foi uma opção pura e única e exclusivamente dramatúrgica. A partir do momento que eu pensei que eu deveria abordar esse filme dessa maneira ficcional, documental, misturando essas três realidades, como o mundo vê essas pessoas, como essas pessoas relatam suas experiências e como essas pessoas vivenciam dentro das suas cabeças essas experiências, eu achei que eu não podia misturar sexos aí, entendeu? Eu achei que eram experiências muito íntimas. E pra essas experiências muito íntimas poderem se desdobrar dessa forma circular, como eu tinha pensado o roteiro, eu não podia colocar um homem. Porque ia romper essa sensação de circularidade, essa sensação de reprodução que as experiências femininas permitiriam, né? Porque realmente eram questões muito íntimas.

Na verdade, se a presença apenas de mulheres foi uma opção feminista da diretora – ou não –, se *Que bom te ver viva* é um filme feminista – ou não –, não são discussões relevantes para a presente investigação. O que importa, aqui, é explorar as muitas questões de gênero que levanta, a partir da experiência de mulheres que passaram por torturas, e que são bastante caras à segunda onda do feminismo.

Voltando à sexualidade, ela é abordada quase que exclusivamente na “parte ficção⁴” da produção. Logo na primeira sequência em que aparece, a personagem interpretada pela atriz Irene Ravache recebe um telefonema avisando-a da publicação de uma matéria no jornal que utilizara um trecho de um depoimento que havia dado para algum grupo de direitos humanos mencionando tortura sexual.

Em suas aparições subseqüentes, ela se questionará qual será a reação, diante disso, de um homem a quem ela se refere como se fosse um parceiro sexual. Por fim, conclui bastante irritada que ele leu a matéria e “acha que não vai mais conseguir trepar comigo porque com mártir não se trepa”.

Trata-se de uma mulher que luta para exercer plenamente sua sexualidade. Entretanto, dada a sua situação de ex-presa política que vivenciou situações de tortura, seus obstáculos maiores não são aqueles tradicionais: machismo, educação repressora, moralismo. Ou talvez sejam eles, reaparecendo em uma configuração bastante específica.

Eu finjo que não sofri tortura sexual, você finge que não sabe de nada. Eu finjo, tu finges, nós fingimos... Ah, meu amor, que mentira “o que passou, passou”, que mentira. Eu odeio quando vocês dizem que se fosse com vocês nunca mais vocês trepariam. [olha para a câmera] Eu gosto de trepar. Por que eu não tenho direito de gostar? Por que marcaram o meu corpo? Não marcaram não, é só lavar. Não marcaram. [aproxima-se da câmera] Agora, o que é insuportável é ver vocês me olharem com esse olhar constrangido, de quem não sabe como se pode gostar de trepar depois de tudo o que aconteceu [Com cara de nojo da reação do espectador, afasta-se e vira o rosto para o lado].

A personagem sabe do que fala. Seguramente já escutou muitas vezes declarações como a da amiga da militante Maria do Carmo Brito, que dá depoimento ao filme: “apesar disso tudo, Maria do Carmo teve dois filhos. Dois filhos lindos. E eu não sei como uma pessoa que passou por tudo isso,

⁴Optou-se por colocar “parte ficção” entre aspas porque em diversos momentos do *making of 20 anos depois* a diretora Lúcia Murat se refere à personagem interpretada por Irene Ravache como uma mulher cuja construção foi muito baseada nas suas experiências de ex-presa política torturada.

por toda essa problemática da tortura, consiga ter estrutura. Porque eu, nem para ouvir eu tenho”.

Ela é consciente, contudo, de que tal batalha também deve ser travada consigo mesma, como demonstra uma interrogação que se faz depois de falar sobre determinado aspecto de um relacionamento amoroso que tem/teve/imagina: “será que algum dia eu vou ser capaz de não fazer de todo homem um torturador?”.

Já em relação à maternidade, o que acontece é exatamente o oposto. Ela é algo tão central no depoimento das ex-presas políticas (e na interpretação que Lúcia Murat faz deles) que o número de filhos aparece em todas as cartelas que as apresentam⁵. A única exceção é a mulher que deu seu depoimento por escrito e atrelou a utilização do mesmo ao anonimato.

Ser mãe, para muitas, revelou-se uma verdadeira estratégia de sobrevivência, algo que permitia que acreditassem que suas vidas poderiam seguir “normalmente” depois do que lhes havia acontecido.

Regina Toscano relata:

Quando eu fui presa eu tava grávida. E perdi esse neném, que seria o meu primeiro filho, lá. E durante a cadeia toda, o que realmente me segurou era a vontade de ter um filho. A certeza de que eu ia ter um filho. Isso representava pra mim vida, né? Se eles tavam querendo me matar, eu tinha que dar uma resposta de vida. E ter um filho pra mim simbolizava, simboliza até hoje, a resposta que a coisa continua, que a vida tá aí, que as coisas não acabam. E a primeira coisa que eu fiz ao sair da cadeia, logo depois, Paulo, que era casado comigo na época, também saiu, foi engravidar.

Segundo Maria do Carmo Brito, foi através de sua primeira gravidez que se reconciliou com o fato de não ter morrido (ela tinha um pacto de morte com seu companheiro Juarez Brito, também militante, que, caso fossem cercados pela polícia, um mataria o outro e em seguida se mataria. Nenhum teve coragem de atirar no outro, mas ele se atirou em si mesmo e

⁵O simples fato de uma questão aparecer fortemente em uma entrevista não garante sua presença no filme. Esta depende, acima de tudo, da avaliação do(a) diretor(a) sobre a pertinência da mesma para os aspectos que quer desenvolver em sua obra.

acabou morrendo): “Descobri que a melhor coisa do mundo era ser mulher. Descobri porque que o homem tem que mandar no mundo. Porque a barriga deles só produz cocô. Deve ser uma coisa terrível isso. E a gente produz vida”.

Este último depoimento chama a atenção pela coincidência de seus argumentos com o que Scavone, baseada em Ferrand e Langevin, chama de segundo momento da relação entre maternidade e feminismo, no que ela “passa a ser considerada como um poder insubstituível, o qual só as mulheres possuem e os homens invejam”. (SCAVONE, 2001, p.140)

Há, contudo, uma voz divergente em *Que bom te ver viva*.

Eu vejo assim como uma marca muito grande do que eu vivi, e que eu não quis repetir depois, a questão da gravidez. Isso sim. Pra mim a gravidez foi, marcou muito, né? Teve os seus aspectos positivos, eu acho que ter um filho é uma coisa gostosa, e eu senti isso. Mesmo na prisão, que foi uma situação difícil, ter um filho na prisão, mas foi uma sensação gostosa. Uma sensação, assim, parece até meio impossível que a gente possa pensar isso tendo um filho na prisão, cercada, com metralhadoras, etc, e eu pensava o seguinte: eles tentam acabar comigo, e nasce mais um, aqui mesmo, onde eles tentam me eliminar, onde eles tentam acabar com as pessoas, a vida continua. Eu sentia o nascimento do meu filho como se ele estivesse se libertando do útero. Pra mim era uma coisa, um sinal de liberdade. O meu filho livre, né? É claro que teve as marcas negativas. E essas marcas negativas me marcaram. Uma segunda gravidez pra mim era qualquer coisa, assim, de pavoroso. Nove meses de gravidez era muito tempo. Muita coisa podia acontecer em nove meses. Então isso aí me marcou. Uma segunda gravidez, jamais.

Costa identifica a segunda onda do movimento feminista como um momento de quebra dos “silêncios sobre maternidades não desejadas”(COSTA, 2009, p.19). A opção de Criméia de Almeida por não ter outros filhos – e sua coragem de dar uma declaração na qual fica bastante claro que a maternidade também tem aspectos negativos (ainda que no caso dela estes passem pela experiência da prisão e da tortura, um número crescente de mulheres que não viveram tal situação compartilhavam sua opinião na década de 1980) – parece dialogar com essa característica. Não

por acaso, os anos 1980 no Brasil conheceriam uma intensificação de lutas relacionadas aos direitos reprodutivos.

Um último ponto a ser destacado é a inserção de algumas das entrevistadas em organizações de mulheres. Regina Toscano, à época do filme, estava atuando em uma localizada na Baixada Fluminense. Tanto ela quanto uma outra militante, moradora do local, relatam que na região a violência e a tortura são cotidianas. A segunda informa, ainda, que as crianças acabam sendo obrigadas a conviver com isso.

Maria Luiza G. Rosa, médica sanitária que lá trabalhava no momento das filmagens, corrobora tal visão:

A situação limite que eu cheguei na tortura, essa coisa da gente se sentir um pedaço de carne, não ter sentimentos, eu enxergo muito no dia-a-dia do pessoal da Baixada. Porque eu acho que a pressão cotidiana, a vida é tão torturante, que há uma certa identidade, né? Tanto é que quando eu falo: “é, eu fui presa”, eventualmente, contanto qualquer coisa ligada na tortura, as pessoas não têm muita emoção não. Olham, assim, uma coisa meio que natural.

Criméia de Almeida era mais uma que participava de tal tipo de grupo em 1989. Contudo, não são informados muitos detalhes a respeito dessa sua nova militância para o espectador. Há apenas as palavras da mulher vivida por Irene Ravache, que diz: “o caminho feito entre a liberdade do mato e as esquinas paulistas. Entre a onipotência da guerrilha e as reuniões de mulheres onde se discute a política do dia-a-dia”.

A montagem dos depoimentos das oito ex-presas políticas torturadas termina de uma forma relativamente positiva. Já a última sequência da personagem ficcional tem outro clima. Está de noite, a iluminação dentro da casa é fraca, pontual, e sua fala sobre a continuidade da vida não transmite alegria ou esperança. Reforça tal sensação o fato de as últimas frases do filme serem ditas à beira de uma janela com grades. Na medida em que a câmera se afasta da atriz, percebe-se a possibilidade daquela mulher não deixar nunca de ser uma prisioneira do que passou.

É com esta mescla de otimismo e desencanto, de soluções apenas parciais, que a cineasta Lúcia Murat encerra *Que bom te ver viva*. E, talvez nesse sentido, esta seja uma obra mais afinada com os dias de hoje do que com o momento em que foi feita. Contemporânea da Constituição de 1988, das primeiras Delegacias da Mulher, entre tantas outras suadas conquistas, parecia prever o que estava por vir.

O futuro revelou a dificuldade e lentidão de se mudar padrões há muito estabelecidos. Pela primeira vez na história uma mulher foi eleita presidenta do país – e sofreu um processo de *impeachment* considerado por muitos, inclusive pela autora deste texto, um golpe institucional. A legalização do aborto em qualquer plataforma de governo ainda significa suicídio político. A Lei Maria da Penha entrou em vigor em 2006, mas ainda são muitas as dificuldades para prestar queixa e incriminar agressores em um dos países mais violentos do mundo com as mulheres.

Avanço. Espera. Avanço. Avanço. Retrocesso. Espera. Assim, tortuosamente, caminham as relações de gênero em sua longa jornada rumo à igualdade, ensina a segunda onda do feminismo no mundo – e sua “versão brasileira”- e as mulheres, reais ou imaginárias, que romperam com os papéis para elas estabelecidos. Qual vai ser a última palavra dessa complexa análise combinatória é algo que ainda está em disputa. Esperamos, como fizeram as gerações aqui estudadas, que seja vitória.

Referências bibliográficas

- 20 ANOS depois*. Brasil: Taiga Filmes, 2009. 1 DVD (23 min), son., color.
- COSTA, Suely Gomes. Onda, rizoma e “sororidade” como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos (Paris, Rio de Janeiro: anos 70/80 do século xx). *Revista Internacional Interdisciplinar INTHERthesis*, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 1-30, jun-dez. 2009.

- KOTCHERGENKO, Andrei Martin. A participação das mulheres na luta armada no Cone Sul. In: *Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: UFSC, 2009.
- MITCHELL, Juliet. *Woman's estate*. New York: Vintage Books, 1973.
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. O encontro marxismo-feminismo no Brasil. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Org.). *História do marxismo no Brasil*. v. 6. *Partidos e movimentos após os anos 1960*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007. p. 341-373.
- PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, dez. 2006.
- PEDRO, Joaquim Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Nosotras e o círculo de mulheres brasileiras: feminismo tropical em Paris. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 55-69, jan-jun. 2007.
- QUE BOM te ver viva. Direção de Lúcia Murat. Brasil: Taiga Filmes, 1989. 1 DVD (97 min), son., color.
- SARTI, Cynthia A. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. In: *Congresso Internacional da LASA* (Latin American Studies Association), XXI. Chicago: The Palmer House Hilton Hotel, 1998.
- SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 16, p. 137-150, 2001.
- SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 591-612, set-dez. 2005.
- WOLFF, Cristina; BACK, Lilian; SENA, Priscila Carboneri de. Relações de gênero na definição de um guerrilheiro: um paralelo entre o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8 – Brasil) e o Ejército Revolucionário del Pueblo (ERP – Argentina). In: *IV Encontro Regional Sul de História Oral*. Florianópolis: UFSC, 2007.

Recebido em 30 de maio de 2017
Aprovado em 10 de julho de 2017